

Coluna do Castello

Força e fraqueza do presidente

Com a retaguarda coberta pelos ministros-chefes do EMFA, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, o presidente José Sarney dirigiu-se à nação para fazer avaliação crítica do projeto de Constituição. Ele partiu assim de uma posição de força. Se isso tiver dado maior consistência ao seu poder de convencimento junto à Assembléia Nacional Constituinte, também terá demonstrado a fraqueza implícita de um governo que se mune de cautelas desse tipo para produzir sua advertência aos responsáveis pela elaboração da nova Carta.

No momento há, na opinião pública, mais perplexidade do que convicção em relação às decisões dos constituintes tomadas na votação de primeiro turno e, tecnicamente, de difícil remoção neste segundo turno. Mas há o sentimento de autonomia da representação civil em face da recente e prolongada intervenção militar na direção política do país. Apesar do engajamento dos representantes do pensamento liberal e das classes empresariais contra definições adotadas pelos constituintes, convidados agora a revê-las, persiste instinto de preservação dos grupos políticos que emergiram de um período de sombras.

É irrecusável a influência dos militares ao longo da vida pública do país, acentuada no período republicano. Recentemente, os ministros-chefes das Forças Armadas, imbuídos da convicção da inconveniência de uma eleição presidencial este ano, estimularam, senão inspiraram, a resistência do presidente da República à fixação em quatro anos do seu mandato. A Assembléia, apesar de muita resistência, cedeu sem ressentimentos à mobilização ostensiva do governo e do seu braço militar para assegurar os cinco anos ao sr. José Sarney. Mas também é verdade que esse tipo de operação na qual se torna explícito o desejo castrense de intervir registra resistências nem sempre malogradas.

Basta lembrar que, se Getúlio Vargas foi deposto duas vezes pelas Forças Armadas, também por três vezes subiu ou manteve-se no poder com o apoio militar. Veio ao poder em 1930 no bojo de uma revolução, assimilada pelo alto comando, que, em 1937, lhe assegurou com um golpe de Estado a permanência no governo. Em 1945 o derrubou pela primeira vez, mas em 1950 dois generais dissidentes frustraram a conspiração militar que, baseada no princípio da



maioria absoluta, pretendeu impedir sua posse, embora, renovada, voltasse a depô-lo em 1954. João Goulart também foi derrubado pelos militares em 1964, mas antes resistira com êxito ao aviso dos ministros militares entregue ao deputado Ranieri Mazzilli de que ele não poderia empossar-se na Presidência. Já em 1955, um contragolpe armado pelo general Odylio Denys e apoiado pelo ministro-general Henrique Lott, fez o "retorno aos quadros constitucionais vigentes" para assegurar a posse de Juscelino, igualmente advertido em vão por ministros militares de que não se candidatasse ao posto.

Esses episódios traumáticos estariam encerrados com a desestimulante experiência do movimento de 1964, ao fim do qual a nação e seus chefes militares chegaram à conclusão de que o conluio de políticos com generais não contribui para resolver os problemas nacionais. Os civis retomaram o poder, ainda em regime de transição, com o adequado apoio dos comandos superiores das três Forças. Falar agora à nação e aos constituintes, quando ainda não se completou a transição, com o ostensivo respaldo dos comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, é restaurar os riscos dos quais apenas sobrevivemos e expor as instituições civis a querelas difíceis e de desfecho imprevisível.

O presidente Sarney pode ter razão, e certamente a terá, em muitos itens da sua avaliação crítica do trabalho constituinte, mas não teve o cuidado de apresentar-se à nação e à Assembléia Constituinte como um desarmado chefe de Estado.

Golpes e contragolpes

A batalha constitucional tem propiciado golpes e contragolpes no interior da Assembléia Constituinte. Inicialmente, os constituintes tentaram votar atos constitucionais que lhes antecipariam o uso e gozo do poder. Depois, o *Centrão* conseguiu, com uma mobilização maciça, mudar as regras de votação estabelecidas pela esquerda, num caso e no outro maliciosamente. Agora, há golpes e contragolpes no estilo de votação pervisto para o segundo turno. Os assessores políticos do presidente da República partiram de um estudo do deputado Basílio Vilani, baseado no comparecimento e na votação do primeiro turno. Dos 559 constituintes, 277 votaram com o governo, 200 com a esquerda e 82 oscilaram. Atualmente há 121 candidatos a prefeito e 60 constituintes são ausentes habituais. Comparecendo metade dos candidatos e dos ausentes habituais, o governo teria 236 votos, a oposição 169 e 64 seriam oscilantes.

Ninguém terá 280 votos para aprovação de emendas supressivas, salvo por acordo. Logo, ao grupo que quiser manter matéria aprovada no primeiro turno bastará não fazer acordo.

Carlos Castello Branco